

O índice de crescimento da população brasileira caiu para 1,7% ao ano. É bem menos inquietante que os 2,5% com que o país entrou nos anos 70. A rápida urbanização e a crise econômica induziram os casais a ter os filhos que possam manter e educar. A cada ano mais 2,6 milhões de bocas precisam ser alimentadas. Os 2,5 milhões que nasciam por ano há 20 anos atrás batem anualmente às portas do mercado de trabalho. Esses números mostram claramente a necessidade que o Brasil tem de crescer para sair da crise econômica e social. Sem crescimento econômico, não se criam novos empregos, não se aumenta o salário real (individual e da massa dos assalariados), e o mercado interno não se expande.

A chave da retomada do crescimento está, mais uma vez, nas mãos do governo. Não se trata, porém, de religar o velho motor do Estado, que afogou, engasgado pelos subsídios e incentivos em excesso, geradores da hiperinflação. Para bancar a maior parte desses benefícios, o Estado aumentou brutalmente a carga tributária.

Cabe, agora a criar estímulos para revitalizar o mercado interno. Sem prejuízo do saneamento financeiro do Estado — que não pode voltar ao descontrole fiscal, para não realimentar a inflação — é preciso o urgente e eficiente manejo dos impostos, de modo a devolver o oxigênio necessário para o setor privado passar a liderar o processo econômico.

O aumento sistemático da carga fiscal, em impostos indiretos incidentes sobre os bens de consumo, detonou não só a espiral inflacionária; encolheu em quase 30% o mercado de bens duráveis. O excesso de impostos encareceu os produtos e os tornou inacessíveis a faixas crescentes da população. Com a redução do mercado, as empresas reduziram a produção, demitiram pessoal e terminaram recolhendo menos impostos, num verdadeiro círculo vicioso: a recessão produziu mais inflação.

Sustentar a população com menos produção passou a pesar, cada vez mais, no bolso de todo trabalhador ou empresário. A máquina burocrática do Estado, pesada e improdutiva, também ficou mais onerosa.

O grande drama da última década foi exatamente a interrupção do crescimento. Durante décadas, desde o pós-guerra, o Brasil exibiu a média de 7% ao

ano de expansão em seu PIB, como das mais altas do mundo. Descontando o crescimento populacional (que era alto) sobrava espaço para a mobilidade social resolver, pelo mercado, alguns dos graves problemas nacionais. Se as condições sociais no Nordeste eram precárias, havia esperança de melhoria no Sudeste. Nos últimos dez anos, apesar da desaceleração do índice de nascimentos, o PIB *per capita* encolheu: o brasileiro ficou mais pobre.

Há quem sustente que as estatísticas do PIB são distorcidas, porque a economia informal prosperou muito na década, ocupando um espaço que chegaria a 30% da produção *legalizada*. Sem discutir a precisão dos números, parece claro que as dificuldades para a sobrevivência na economia formal empurraram muitos empresários e trabalhadores para a ilegalidade. Os camelôs e os empregados sem registro são a prova disso.

Na Itália, o estímulo à economia informal foi um dos segredos da recuperação econômica do país. A repetição da fórmula no Brasil, no entanto, não parece recomendável, em primeiro lugar pelo fato de que a nossa economia informal conta apenas com o mercado interno brasileiro. Na Itália, além do fluxo de milhões de turistas de todo o mundo, a economia informal tem o potencial do rico mercado consumidor europeu.

A saída para a dificuldade depende, portanto, da criação de condições favoráveis à recuperação do mercado interno e à manutenção do crescimento do mercado externo. A exportação é uma fonte de renda importante, que permite o alargamento do próprio mercado interno. No caso dos manufaturados, só será possível manter a competitividade dos produtos *made in Brazil* com a modernização dos métodos de produção industrial. O que implica importação de tecnologia e de máquinas.

Sem mercado interno, não há economia de escala para justificar investimentos que barateiem os custos para o consumidor brasileiro e tornem os produtos manufaturados competitivos no exterior. Tudo volta à política fiscal. A redução criteriosa dos impostos ou a dilatação dos prazos para o seu pagamento, como sugere o governador de São Paulo, pode ser a luz no fim do túnel para a saída da crise.